



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35.ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2015.0000108265

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 0021293-69.2004.8.26.0007, da Comarca de São Paulo, em que é apelante MARIA APARECIDA DE JESUS (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados NELSON FERNANDO DE ARRUDA e LEANDRO ALVES DE ALMEIDA,

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MELO BUENO (Presidente sem voto), MORAIS PUCCI E FLAVIO ABRAMOVICI.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2015.

Gilberto Leme
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação sem revisão n.º 0021293-69.2004.8.26.0007

Comarca: São Paulo

Apelante: Maria Aparecida de Jesus

Apelados: Nelson Fernando de Arruda e outro

Juiz sentenciante: Antônio Marcelo Cunzolo Rimola

ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. CULPA SUBJETIVA. LESÕES SEM NEXO COM O ACIDENTE. AUSÊNCIA DE PROVA. ART. 333, INC. I, DO CPC. INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO. Não demonstrada a ocorrência dos fatos narrados na petição inicial, inviável se mostra a indenização com base nos artigos 186 e 927, caput, do Código Civil.
Recurso desprovido.

VOTO N.º 12.353

Trata-se de recurso de apelação interposto à r. sentença de fls. 205/214 que julgou improcedente ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, condenando a autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, observando-se a gratuidade processual da qual é beneficiária.

Recorre a autora para postular a reforma integral da sentença. Sustenta que não efetuou pedido de ressarcimento de danos materiais com relação ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

valor do veículo, não sendo o objeto da demanda, conforme erroneamente constou da sentença. Afirma que ficou sem trabalhar durante longo período, tendo gastos com colocação de próteses dentárias e danos morais. Assevera que não houve perda do objeto da ação, tendo em vista que não postulou o valor do carro perdido. Aduz que ficou evidenciado ser a apelante portadora de perda auditiva total à esquerda, a qual pode ter relação com o acidente, de forma a demonstrar que sofreu lesões de caráter definitivo, devendo ser indenizada. Pugna pelo reconhecimento de culpa exclusiva do co-réu Leandro pelo acidente e a procedência da ação com a condenação por danos materiais e morais.

Recurso tempestivo, dispensado de preparo e sem resposta.

É o relatório.

A autora ajuizou a presente ação de indenização por danos materiais e morais fundada em acidente de trânsito, ocorrido em 25.3.03, no qual sofreu graves lesões em decorrência de imprudência provocada pelo co-réu Leandro, o qual conduzia o veículo de propriedade do co-réu Nelson. Afirma que em razão das sérias lesões ficou longo período sem poder trabalhar, postulando o ressarcimento com os gastos decorrentes de implantes dentários e danos morais pelo período em que permaneceu afastada de seu labor.

Assiste razão à apelante quanto ao pedido analisado na sentença que deu ensejo à rejeição do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

pedido por danos materiais, tendo em vista que o pleito inicial restringiu-se à indenização por danos materiais decorrentes de gastos com dentista, contratação de advogado e período em que ficou sem auferir renda por estar afastada de seu labor. O d. Magistrado entendeu por bem afastar a pretensão inicial em razão da perda do objeto tendo em vista a autora ter recebido indenização do securitária devido à perda total do veículo.

Percebe-se, portanto, que realmente a indenização por danos materiais foi analisada por enfoque não requerido pela autora.

A responsabilidade civil, pelo nosso ordenamento jurídico, exige a tríplice concorrência do prejuízo à vítima, do ato culposos do agente e do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do agente (artigo 186 do novo Código Civil). Em outras palavras: para que se configure o dever de indenizar é indispensável que o prejuízo guarde etiologia causal com a culpa do agente.

Urge lembrar que embora o novo Código Civil tenha um sistema que agasalha a responsabilidade objetiva, também prevê uma cláusula geral de responsabilidade subjetiva no artigo 927 combinado com o artigo 186, que começa pelo conceito de ato ilícito e estende-se pelo estudo dos seus elementos: conduta culposa, nexo causal e dano.

Assim, no caso de responsabilidade subjetiva impõe-se examinar um a um dos elementos supracitados, porque cada um deles desempenha um papel



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

especial na complexa disciplina das situações geradoras do dever de reparar o dano.

Na hipótese vertente a autora postula o ressarcimento por danos que teria sofrido com a perda de seus dentes.

Note-se, contudo, que pelos dados constantes no boletim de ocorrência a autora teria sofrido ferimentos leves e após ser medicada foi liberada (fl. 28v.º). No mesmo sentido é o laudo da Polícia Técnico Científica do IML, informando que a autora foi atendida no Pronto Socorro, fez RX e foi dispensada a seguir, sendo observadas escoriações com vermelhos em contorno posterior da perna esquerda de natureza leve, sem incapacidade para ocupações habituais (fl. 55). Ou seja, não há qualquer menção a respeito das gravíssimas lesões mencionadas na inicial como perda de dentes, de trauma na coluna e tronco.

O receituário juntado com inicial indicando tratamento ortodontológico não está datado (fl. 32), não servindo como prova do nexo causal com o acidente. Aliás, quem sofre perda dentária não faz tratamento de canal, conforme consta dos relatórios apresentados pela autora (fls. 40/41). Por outro lado, se realmente tivesse perdido os dentes frontais não haveria razão para esperar quase 2 meses para iniciar o tratamento.

Observa-se ainda que o laudo pericial nem sequer fez qualquer menção a respeito das supostas perdas dentárias. Aliás, consta que a autora tem perda auditiva do lado esquerdo, que nem mesmo foi por ela



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

mencionada na petição inicial, e que pode ser decorrente do acidente, sem conclusão efetiva (fl. 133).

O que se percebe é que após a apresentação do laudo pericial a autora valendo-se daquela menção sobre a perda auditiva passou a fazer alegação sobre lesão da qual ainda não havia se referido, inovando em sede recursal, o que é vedado, nos termos do art. 515, § 3.º, do CPC.

Não estabelecido nexos entre o tratamento dentário e o mencionado acidente, indevida é a indenização pleiteada. Da mesma forma não há prova de nexos entre a perda auditiva e o acidente.

Por fim, conquanto tenha o perito afirmado que a autora permaneceu somente 14 dias afastada de seu trabalho, o que se verifica pelo laudo do IML é que a vítima estava em plenas condições de trabalhar devido às escoriações de natureza leve (fl. 55).

Por oportuno ressaltar que conquanto tenha a autora declarado perante a autoridade policial que o acidente decorreu de atitude imprudente do co-réu Leandro ao fazer ultrapassagem com micro ônibus em alta velocidade, vindo a perder o controle do veículo que colidiu com o da autora, há observação de que obteve alta hospitalar logo após ser medicada, além de não desejar representar criminalmente o culpado pelo evento (co-réu Leandro), mas tão-somente o ressarcimento do prejuízo causado em seu veículo (fl. 56).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Do exposto, à míngua de provas da ocorrência dos fatos narrados na petição inicial, não é devida a indenização pleiteada na forma dos artigos 186 e 927 do Código Civil.

Dessa forma, deve ser mantida a improcedência da ação, ainda que por fundamento diverso.

Pelo meu voto, nego provimento ao recurso.

GILBERTO LEME
Relator